

Congresso tenta novo esforço concentrado

Com uma pauta repleta de assuntos explosivos, o Congresso Nacional tentará iniciar amanhã um novo esforço concentrado que deverá se prolongar até o final do mês, além de promover um forte jogo de braço entre parlamentares governistas e da oposição — que estão propondo temas diferentes como prioridade para as votações. O governo deseja levar a plenário, já nesta semana, a Medida Provisória que reajusta com índices diferenciados os salários dos servidores públicos federais, rejeitada na sexta-feira passada pela comissão especial do Congresso.

Cerca de 15 projetos deverão ser discutidos nesse período até o recesso marcado para o dia 1º de julho, que será adiado se os parlamentares não votarem o projeto da LDO — a Lei de Diretrizes Orçamentárias destinada a fixar as regras e os limites de gastos do orçamento da União de 1992. Entre os projetos de lei figuram os seguintes:

- Plano de Benefícios da Previdência: as oposições pretendem mudar o texto do governo incluindo entre outras medidas a aposentadoria por tempo de serviço do trabalhador rural, hoje de 65 anos, para 55 anos (homem) e 50 anos (mulher) já prevista pela Constituição.

- Salário mínimo: o governo prevê defende o valor de Cr\$ 20 mil que as oposições pretendem elevar para Cr\$ 47 mil.

- Política salarial: volta a discussão da indexação dos salários à inflação passada enquanto o governo defende a livre negociação salarial.

- Lei do inquilinato: o governo defende a denúncia vazia, obrigando o inquilino a deixar o imóvel no terceiro ano, enquanto parlamentares querem elevar o prazo para 40 meses

- Desregulamentação dos portos: o projeto do governo, que propõe o fim do monopólio sindical das atividades portuárias, está sendo desfigurado por uma infinidade de emendas.

- Lei de Diretrizes e Bases: Se for aprovado como está o projeto fixará o mesmo piso salarial aos professores em qualquer parte do País, além de alargar a representação do funcionalismo nos Conselhos da educação.

Além desses, a pauta do Congresso contempla outros projetos como o da taxação das grandes fortunas, lei de informática, lei eleitoral e incentivos à competitividade industrial. “A produção do Congresso até agora foi muito baixa”, afirma o deputado José Genoino (PT-SP), atribuindo o fato à uma iniciativa proposital dos parlamentares governistas depois da mudança da equipe econômica no início de maio passado. Para iniciar as votações, o regimento do Congresso exige a presença de 252 deputados e 41 senadores — e tanto o governo como as oposições não contam com essas maiorias.



Ailton de Freitas/AE

Na opinião de Passarinho congressistas só pensam nos seus próprios salários, por isso não aprovam projeto do governo.